



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

**RAFAEL WILLIAN QUEIROZ DA CRUZ**

**NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DAS ENTIDADES  
DO TERCEIRO SETOR: ENFOQUE NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS  
EVANGÉLICAS DE CAMPINA GRANDE-PB**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2018**

**RAFAEL WILLIAN QUEIROZ DA CRUZ**

**NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DAS ENTIDADES  
DO TERCEIRO SETOR: ENFOQUE NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS  
EVANGÉLICAS DE CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Claudio de Oliveira  
Leôncio Pinheiro.

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C955n Cruz, Rafael Willian Queiroz da.  
Nível de divulgação dos relatórios financeiros das entidades do terceiro setor [manuscrito] : Enfoque nas Instituições religiosas evangélicas de Campina Grande - PB / Rafael Willian Queiroz da Cruz. - 2018.  
26 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Prof. Esp. Cláudio de Oliveira Leôncio Pinheiro, Departamento de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Contabilidade gerencial . 2. Prestação de contas. 3. Terceiro setor. 4. Instituições religiosas.

21. ed. CDD 658.151 1

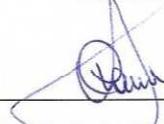
RAFAEL WILLIAN QUEIROZ DA CRUZ

NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DAS ENTIDADES  
DO TERCEIRO SETOR: ENFOQUE NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS  
EVANGÉLICAS DE CAMPINA GRANDE-PB

Artigo apresentado à Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em: 01/06/2018.

BANCA EXAMINADORA



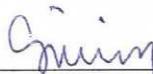
Prof. Esp. Claudio de Oliveira Leôncio Pinheiro (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Msc. Sidney Soares de Toledo

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Msc. Vânia Vilma Nunes Teixeira

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que fez com que tudo isso acontecesse na minha vida, que em todos os momentos me ensinou e me tranquilizou através de sua palavra, para que eu pudesse viver segundo o que está proposto pela sua palavra para minha vida.

Ao professor **Claudio de Oliveira** por ter contribuído me auxiliando e orientando para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus pais **Neto e Sueli**, que sempre acreditaram em mim e não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa na minha vida.

A minha esposa **Mayara**, que foi paciente e me ajudou em todos os momentos, obrigado pelo seu amor, carinho e compreensão, tem sido uma honra caminhar ao seu lado por toda vida.

Aos meus irmãos **Mirian e Renan**, que se fizeram presentes em minha vida me apoiando para que eu pudesse concluir com êxito o curso.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

***O coração do homem propõe o seu caminho; mas o Senhor Ihe dirige os passos.***

Provérbios 16:9

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....</b>	<b>07</b>
2.1	Terceiro Setor.....	07
<b>2.1.1</b>	<b><i>Características do terceiro setor.....</i></b>	<b>08</b>
2.2	Entidades religiosas.....	09
2.3	Divulgação.....	09
<b>3</b>	<b>OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS.....</b>	<b>10</b>
3.1	Benefícios fiscais para as organizações do terceiro setor.....	10
<b>4</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES.....</b>	<b>12</b>
4.1	Balanco patrimonial.....	12
4.2	Demonstração de superávit ou déficit.....	12
4.3	Demonstração das mutações do patrimônio social.....	13
4.4	Demonstração do fluxo de caixa.....	14
4.5	Notas explicativas.....	14
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
<b>6</b>	<b>ANALISE DOS DADOS.....</b>	<b>16</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>19</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>21</b>
	<b>ANEXO.....</b>	<b>24</b>

# NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: ENFOQUE NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS EVANGÉLICAS DE CAMPINA GRANDE-PB

RAFAEL WILLIAN QUEIROZ DA CRUZ

## RESUMO

O crescimento significativo nos últimos anos das entidades religiosas, tem gerado uma maior atenção da contabilidade com o Terceiro Setor, principalmente com relação ao método de divulgação e prestação de contas para a comunidade. O objetivo desta pesquisa é verificar a divulgação e prestação de contas das entidades Religiosas Evangélicas de Campina Grande - PB, assim sendo feitas várias pesquisas de campo para averiguar essas divulgações, tendo por base as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Terceiro Setor e verificando o real compromisso dessas entidades com suas demonstrações na questão de seus métodos para Prestação de contas. Foi realizado uma pesquisa descritiva, exploratória com abordagem quantitativa nas entidades religiosas evangélicas da cidade de Campina Grande – Paraíba, foi utilizada base de dados eletrônicas Spell e Scielo. Conclui-se que das oito instituições pesquisadas neste artigo, cinco instituições religiosas divulgaram as suas prestações de contas para seus membros e três instituições não apresentaram a preocupação em divulgar a transparência a seus membros, também foi diagnosticado que uma instituição não tem prestado contas para nenhuma das alternativas. Foi verificado também na pesquisa quais tipos de demonstrações estão sendo utilizadas na realização da prestação de contas seguindo as normas da NBC T 3 para suas estruturas e a NBC T 6 para suas divulgações.

**Palavras-Chave:** Terceiro Setor. Instituições Religiosas. Divulgação e Prestação de Contas.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem se observado um crescimento considerável no número de instituições no Brasil, segundo Zavala (2018) uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística- IBGE no ano de 2004, o terceiro setor mostrou uma participação de 1,4% no Produto Interno Bruto do Brasileiro(PIB), o que significa aproximadamente 32 bilhões de reais arrecadado devido à carência de assistência e respeito à dignidade de homens e mulheres, tendo como base um alicerce formado por relações, assim é esperado que exista uma divulgação referente a essas relações, no que se refere aos métodos de comunicação utilizados pelas Instituições para apresentar como está sendo aplicados os recursos (IBGE, 2004). O Terceiro Setor tem obtido um grande avanço tanto no meio econômico quanto no meio acadêmico, porém essa aceleração não implica dizer que o conhecimento da sociedade a

respeito dessas entidades seja algo satisfatório, já que se tornou necessário uma série de cumprimentos legais para as entidades.

Portanto surge a necessidade das instituições religiosas atuarem com a máxima evidência possível, de modo a facilitar a sua fiscalização por parte da comunidade, já que depende totalmente da contribuição deles. Diante da importância desse assunto, levantou-se a seguinte problemática de pesquisa: **Qual o Nível de divulgação dos relatórios financeiros das instituições religiosas evangélicas de Campina Grande-PB?**

Desta forma, a pesquisa tem por objetivo geral verificar o nível de divulgação dos relatórios financeiros gerados no processo de prestação de contas das instituições religiosas evangélicas de Campina Grande-PB, tendo como objetivos específicos: (i) identificar os profissionais responsáveis pela divulgação desses relatórios, (ii) apresentar os relatórios financeiros no processo de divulgação, (iii) Analisar o cumprimento da obrigação legal e fiscal conforme a Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor - NBC T 6.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Terceiro setor**

Piza et al., (2012). As entidades de terceiro setor, que possuem fins sociais e não buscam o lucro como finalidade, têm sido denominadas com diversas expressões, como entidades sociais, entidades filantrópicas, benemerência, organizações sociais civis, entre outras nomenclaturas, tanto pelos estudiosos, quanto pela população e os meios de comunicação.

Segundo Hudson (2004, p. XI):

Terceiro Setor consiste em organizações cujos objetivos principais são sociais, em vez de econômicos. A essência do setor engloba instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias.

Segundo Souza (2004, p. 96):

O Terceiro Setor é, de acordo com o percurso evolutivo dos movimentos constitucionais brasileiros e, sobretudo, com a Constituição Federal de 1988, toda ação, sem fins lucrativos praticados por pessoa física e jurídica de natureza privada, com expressão da participação popular, que tenha por finalidade a promoção de um direito social ou seus princípios.

As organizações do Terceiro Setor de acordo com os autores, trazem na natureza de sua essência o não interesses na geração de lucros e riquezas, assim podemos considerar que o

Terceiro Setor são as entidades responsáveis por atender as situações não atendidas pelo Estado nem pelo Mercado, obtendo assim um campo amplo de atuação incluído saúde, educação, religião, assistência social entre outros.

Analisando do ponto de vista social percebemos que o surgimento do terceiro setor é uma “resposta” a ausência do estado e sua ineficiência na garantia dos direitos básicos do cidadão e a característica intrínsecas das organizações privadas as quais visam o lucro e o desenvolvimento econômico em detrimento aos interesses coletivos.

Os autores Silva e Aguiar (2009), argumentam que o uso da expressão Terceiro Setor é muito recente e ainda pouco utilizado. E que para identificar a existência faz-se necessário esclarecer que aqueles que utilizam este termo consideram o estado como o primeiro setor e o mercado como o segundo, sendo o terceiro setor aquele que apresenta características de ambos, portanto, genericamente, o terceiro setor é visto como uma interseção entre setores da sociedade.

Junto com o rápido crescimento do terceiro setor no Brasil, na última década, observa-se o crescimento de uma visão crítica a respeito da transparência, que se justifica pelo fato dessas entidades possuírem uma maior fragilidade nos aspectos financeiro, operacional e gerencial e por despertarem muitas vezes desconfiança, em relação à aplicação de seus recursos.

### **2.1.1. Principais características das organizações do Terceiro Setor**

As entidades sem fins lucrativos diferem das organizações lucrativas e das governamentais por possuírem peculiaridades distintas em relação ao lucro, propriedade, fonte de recursos e decisões políticas e operacionais sendo estas distinções. Para Freeman e Shoulders (2013, p.8):

- a) Lucro: o lucro não é objetivado por essas entidades.
- b) Propriedade: pertence à comunidade.
- c) Fontes de recursos: O doador não possui direito aos bens ou serviços da entidade por sua doação.
- d) Decisões políticas e operacionais: a maioria das decisões políticas e algumas decisões operacionais são tomadas por maioria de voto, por meio de assembleia geral, por membros de diversos segmentos da sociedade direta ou indiretamente eleitos.

Um das particularidades desse segmento a ser destacada é o voluntariado, que tem atuado

em prol da manutenção e sobrevivência da instituição, normalmente esse voluntariado tem atuado de forma direta nas atividades e realização dos objetivos da Instituição.

## **2.2 Entidades religiosas**

O Código Civil Brasileiro, através da Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003, o inciso IV do art. 44, que dispõe sobre os tipos de pessoas jurídicas e entre eles, a organização religiosa. Para fortalecer o entendimento sobre esse tipo de pessoa jurídica, introduziu o § 1º ao art. 44, segundo o qual as “Organizações Religiosas são livres quanto à criação, à organização, à estruturação interna e o seu funcionamento, sendo vedado ao poder público negar-lhe reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento”.

As entidades têm o direito de se auto regulamentarem, passando a ser critério delas a forma de se organizarem, de se estruturarem e de como devem funcionar, no entanto, não as eximem de seguirem uma estrutura jurídica na elaboração dos seus estatutos.

## **2.3 Divulgação**

Segundo Landim, Carvalho (2007), a prestação de contas efetivas e transparentes são os desafios do milênio para todos os tipos de organizações, visto que, cada vez mais há disputa pela confiabilidade e credibilidade em qualquer que seja o nicho de atuação. Este princípio, importado das práticas de mercado caem para as organizações do Terceiro Setor como uma premissa básica a ser cumprida em busca da credibilidade face aos beneficiários. Zittei, Politel e Scapin (2013) enfatizam que a transparência e a prestação de contas não são vistas com a devida importância pelas organizações do Terceiro Setor, uma vez que divulgação dos resultados e demonstrativos contábeis é realizada pela minoria das organizações sociais.

Piza et al. (2012) apresenta como obrigação para as entidades do terceiro setor a divulgação das informações de suas atividades ao entenderem que o governo também é usuário das demonstrações contábeis dessas organizações devido a desoneração que o governo concede às entidades por meio da imunidade e isenções fiscais e seu papel fiscalizador em garantir que estas mantêm o efetivo caráter sem fins lucrativos.

Tendo em vista que as entidades não possuem finalidade lucrativa, elas não atuam para proteger dividendos, ao contrário, estas garantem que as doações sejam utilizadas de modo a maximizar os benefícios ao público alvo das entidades. A contabilidade contribui para a

sobrevivência das organizações do terceiro setor, pois é através de demonstrações transparentes e confiáveis de seus atos que os doadores avaliam a entidade.

Dentre outras medidas para o fortalecimento do Terceiro Setor, a Lei 9.790 de 1999 obriga as instituições pertencentes e classificadas como organizações do Terceiro Setor a tornarem públicas suas demonstrações contábeis e relatórios de atividades, contribuindo, assim, para o aumento da confiabilidade e credibilidade dos trabalhos por elas desenvolvidos.

### **3 OBRIGAÇÕES FISCAIS E LEGAIS**

Silva (2009, p. 5) atualmente o estudo da imunidade tributária vem se revelando cada vez mais importante, porque nas últimas décadas tem se destacado as atividades desenvolvidas pelo chamado Terceiro Setor, composto por segmentos da sociedade civil organizada que objetivam a melhoria da qualidade de vida do ser humano, através da atuação das Organizações Não governamentais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Organizações Sociais e Organizações Religiosas.

A legislação brasileira através da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 150, confere às entidades do terceiro setor, entre elas as instituições religiosas, a imunidade tributária, entretanto não as desobriga das responsabilidades tributárias, como retenções e entrega de declarações.

#### **3.1 Benefícios Fiscais para as Organizações do Terceiro Setor**

O benefício foi instituído pela Carta Magna para assegurar a liberdade de crença e o livre exercício de culto religioso:

Art. 150. - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

VI – Instituir impostos sobre:

(...)

b) templos de qualquer culto;

(...)

Parágrafo 4º. - As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

A imunidade Tributária e a Isenção tantas vezes são confundidas; a primeira se apresenta como uma garantia constitucional, que impede os poderes de instituir tributos, já a Isenção é um favor legal que a qualquer momento pode ser retirado.

Para Resende (2003, p. 1) a imunidade é conceituada de tal forma:

[...] Imunidade é a renúncia fiscal ou vedação da cobrança de tributo estabelecida em sede constitucional, ou seja, ainda que o termo utilizado na Constituição seja isenção, como é o caso de contribuições para a previdência social (art. 195, § 7º), na verdade se trata de imunidade.

Já a isenção tributária ao contrário da Imunidade, é uma política que pode ser revogada como é o caso do tratado no art.15 da lei 9532/97:

Art.15. Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido constituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

§ 1º A isenção a que se refere este artigo aplica-se, exclusivamente, em relação ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido, observado o disposto no parágrafo subsequente.

§2º Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferido em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

Sendo assim, ficam isentas do pagamento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural não sendo válidas no caso de rendimentos e ganhos de capitais provenientes de aplicações financeiras de renda fixa ou variável.

Para se beneficiar com a isenção, a entidade deverá atender os seguintes requisitos conforme o art. 12 §2º da lei 9.532 de 10 de dezembro de 1997:

- a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

- d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e) Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidades com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- f) Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;

A diferença entre essas duas formas está relacionada ao recolhimento do tributo. No caso da isenção, o Estado pode cobrar o tributo em um determinado período e conceder isenção em outro, ou mesmo revogar a isenção, já que existe previsão legal para a cobrança do encargo. Enquanto que a imunidade somente pode ser revogada ou alterada mediante emenda constitucional.

## **4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Segundo a NBC T 6.1.2.1 A divulgação das demonstrações contábeis tem por objetivo fornecer, aos seus usuários, um conjunto mínimo de informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social que lhes possibilitem o conhecimento e a análise da situação da Entidade.

### **4.1 Balanço Patrimonial**

A principal característica do Balanço Patrimonial é informar a situação econômica, financeira e patrimonial da organização em determinado momento. No Ativo estão representadas as aplicações de recursos, no Passivo, as origens de recursos resultantes em obrigações e no Patrimônio Líquido os recursos próprios da entidade.

A NBC T 10.19, item 10.19.3.2, determina apenas a substituição da conta Patrimônio Líquido das organizações com finalidade de lucros pela expressão Patrimônio Social, e a mudança na nomenclatura da conta de Lucro ou Prejuízos Acumulados por Superávit e Déficit do Exercício.

### **4.2 Demonstração do superávit ou do déficit do exercício**

Se destinam a evidenciar a formação do resultado líquido em um exercício, através do confronto das receitas, custos e despesas, apuradas segundo o princípio contábil do regime de competência.

A demonstração do superávit ou do déficit do exercício oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais da instituição em certo período. Embora sejam elaboradas anualmente para fins de legais de divulgação, em geral são feitas mensalmente para fins administrativos e trimestralmente para fins fiscais.

Para as Entidades sem fins Lucrativos é o demonstrativo que apresenta quantitativamente o que a organização prestou em assistência social, refletindo o empenho dos gestores na utilização dos recursos.

### **4.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Social**

A NBC-T 10, item 10.18.6.1 informa que a nomenclatura da demonstração das mutações do patrimônio líquido (item 3.5 da NBC-T 3) é alterada para demonstração das mutações do patrimônio social, ela deve evidenciar num determinado período, a movimentação das contas que integram o seu patrimônio.

A demonstração das mutações do patrimônio social - DMPS faz indicação do fluxo de uma conta para outra, a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no patrimônio social durante o período. São informações que complementam o balanço patrimonial e a demonstração de resultados.

As informações que devem ser apresentadas de acordo com NBC TG 1000 seção 6 são as seguintes:

- (a) O resultado e os outros resultados abrangentes do período, demonstrando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e a participação dos não controladores;
- (b) Para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos da aplicação retrospectiva ou correção retrospectiva reconhecida de acordo com a Seção 10 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- (c) Para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação entre o saldo no início e no final do período, evidenciando separadamente as alterações decorrentes:
  - (i) Do resultado do período;
  - (ii) De cada item dos outros resultados abrangentes;
  - (iii) Dos valores de investimentos realizados pelos proprietários, e dividendos e outras distribuições para eles, demonstrando separadamente ações ou quotas emitidas, de transações com ações ou quotas em tesouraria, de dividendos e outras distribuições aos proprietários, e de alterações nas participações em controladas que não resultem em perda de controle.

#### 4.4 Demonstração do Fluxo de Caixa

A utilização da demonstração do fluxo de caixa - DFC nas Instituições religiosas deveria ser algo mais frequente já que ela estuda o comportamento dos fluxos financeiros permitindo que os administradores tenham um planejamento financeiro mais apurado.

De acordo com a NBC TG 1000 seção 7 as instituições devem apresentar separadamente as principais classes de recebimentos brutos e de pagamentos brutos decorrentes das atividades de investimento e de financiamento. Os fluxos de caixa agregados derivados da aquisição ou alienação de controladas ou outras unidades de negócios devem ser apresentados separadamente e classificados como atividades de investimento.

Segundo Iudicibus, Martins e Gelbcke (2003, p.351) a DFC se analisada em conjunto com as demais prestações contábeis permite que sejam avaliados:

1. A capacidade da Instituição em gerar fluxos líquidos positivos de caixa;
2. A capacidade da Instituição em honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos;
3. A liquidez, solvência e flexibilidade financeira da Instituição.
4. A taxa de conversão de lucro em caixa
5. A performance operacional de diferentes Instituição, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos.
6. O grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
7. Os efeitos, sobre a posição financeira da Instituição, das transações de investimentos e de financiamento etc.

#### 4.5 Notas Explicativas

As notas explicativas são uma análise que auxiliam as demonstrações trazendo um esclarecimento para os diretores, e a quem se deve prestação de contas, a respeito da situação patrimonial e dos resultados dos exercícios.

Segundo Iudicibus (2010, p.6):

As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas, quadros analíticos ou outras demonstrações contábeis necessárias a plena avaliação da situação e da evolução patrimonial da empresa, a lei enumera o mínimo dessas notas e induz á sua ampliação quando for necessário para o devido “esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”.

De acordo com o autor, dentre as pessoas interessadas pela informação contábil, nem todas são entendidos de contabilidade e muito menos conhecem as legislações específicas. Daí a necessidade de prestar informações claras e objetivas, para que as notas explicativas

efetivamente contribuam para esclarecer as dúvidas dos interessados pelas informações disponibilizadas pela empresa.

## **5. METODOLOGIA**

Para elaboração do presente estudo, optou-se por realizar uma pesquisa do tipo descritiva, exploratória com abordagem quantitativa, A pesquisa Descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis se propondo a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. (GIL, 2010).

A pesquisa quantitativa caracteriza-se “pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas” (RICHARDSON, 2011, p. 70). Ela permite a realização de projeções e generalizações, viabilizando, também o teste de hipóteses da pesquisa de forma precisa. Implica no uso de técnicas estatísticas. Na perspectiva quantitativa de abordagem do problema há uma grande preocupação com mensuração, demonstração de causalidade, generalização e reaplicação.

Em acordo com a pesquisa exploratória a abordagem quantitativa deverá organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados, de modo que possa realizar projeções para uma população que nela esteja representada, e ainda possa gerar índices que venham a ser objeto de comparação.

A pesquisa foi realizada através das bases de dados eletrônicas Spell e Scielo com os seguintes descritores: “Terceiro Setor, Entidades Religiosas e Divulgação e Prestação de Contas”.

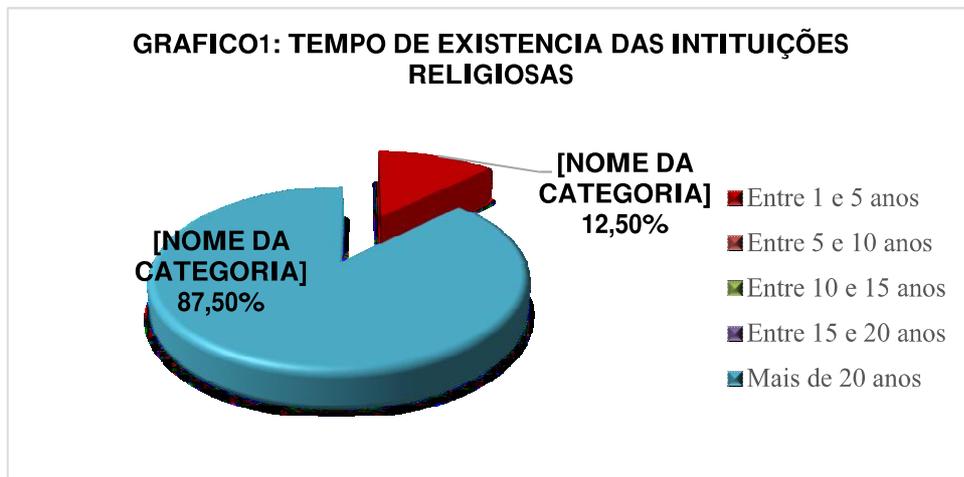
Foi também efetuado uma pesquisa campo através de questionários contendo itens a serem analisados quanto a divulgação da prestação de contas das instituições religiosas evangélicas, aplicados aos administradores ou profissionais responsáveis das instituições.

A coleta dos dados foi realizada em 8 instituições religiosas Evangélicas de Campina grande-PB nas quais possuem infraestrutura que comportem um número de fiéis superior a 1.000 pessoas, a partir da aplicação de questionário contendo vinte e nove questões de múltipla escolha, tendo um êxito de 100% dos questionários respondidos pelas instituições,

A técnica de análise dos dados utilizado foi quantitativa, utilizando-se de gráficos, tabelas e valores percentuais de quantidade de instituições que cumpriam cada um dos itens escolhidos, procurando solucionar o problema de pesquisa referente ao nível de divulgação dos relatórios financeiros das instituições religiosas evangélicas de Campina Grande-PB e se as demonstrações foram divulgadas conforme o cumprimento da norma NBC T 6.

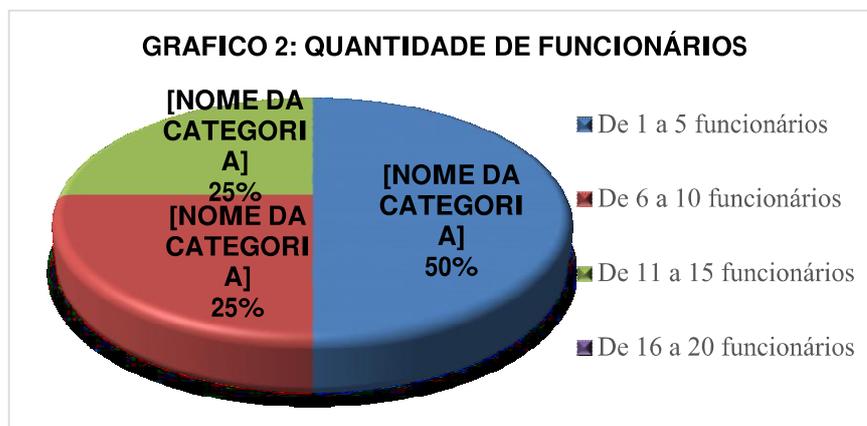
## 6. ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção os dados pesquisados através do questionário das 8 instituições religiosas evangélicas de Campina Grande-PB são apresentados quando a divulgação para comunidade exigida pelas normas contábeis.



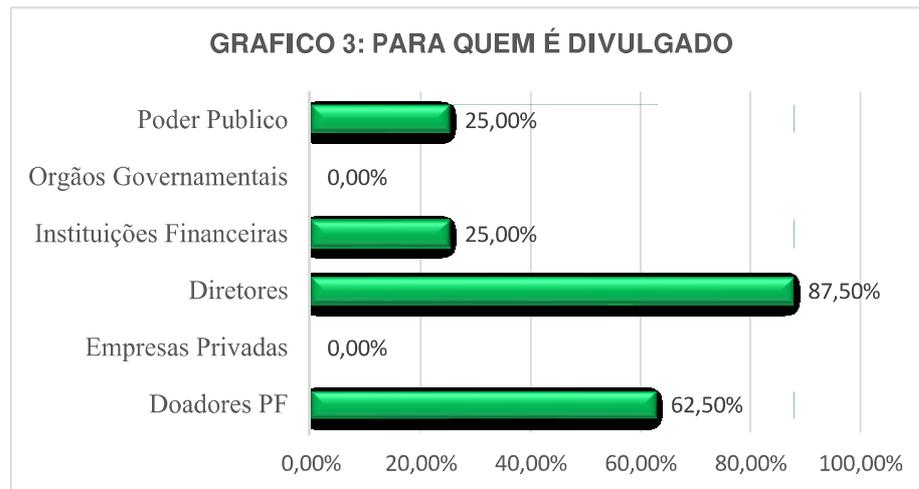
Fonte: Elaborada pelo autor (2018)

Os dados coletados apresentaram que 87,5% das igrejas pesquisadas possuem mais de 20 anos de existência no município já 12,5% tem entre 1 e 5 anos.



Fonte: Elaborada pelo autor (2018)

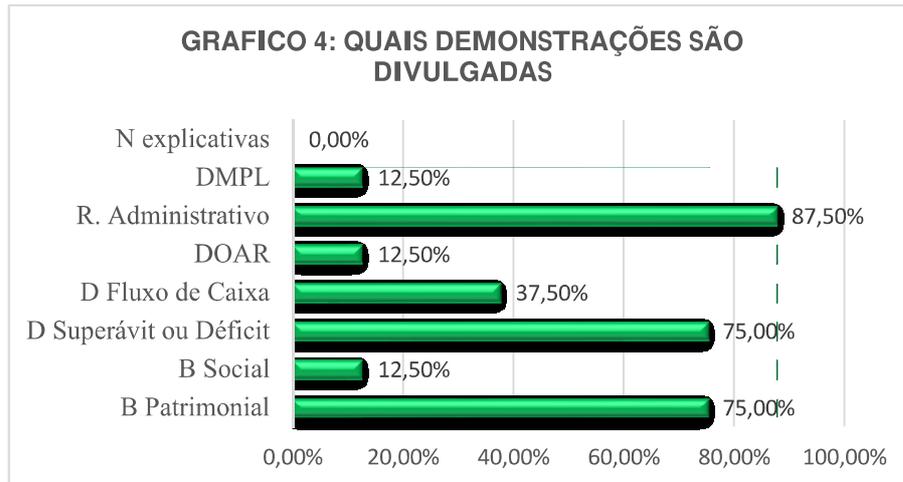
Das Entidades pesquisadas 50% afirmam possuir de 1 a 5 funcionários com carteira assinada, 25% possuem de 6 a 10 funcionários registrados com carteira assinada e os outros 25% informaram que possuem entre 11 e 15 funcionários, todas as instituições possuem o trabalho voluntario.



Fonte: Elaborada pelo autor (2018)

Das instituições pesquisadas, 87,5% das Instituições prestam contas para os seus diretores, 62,5% prestam contas para os membros/fiéis, 25% efetuam as divulgações para instituições financeiras e 25% informaram que prestam contas aos Poderes Públicos, Federal, Estadual e Municipal, uma das instituições não informou a sua divulgação nem para a comunidade nem para seus diretores.

Todas as instituições informaram possuir um responsável com formação profissional em Contabilidade para efetuar as informações necessárias para as obrigações que são apresentadas na Prestação de Contas e Transparência.



Fonte: Elaborada pelo autor (2018)

Com relação à elaboração das demonstrações contábeis para a divulgação na prestação de contas, 75% das instituições afirmam elaborar o balanço patrimonial ; 75% afirmam elaborar a Demonstração de Superávit ou Déficit; 12,5% das entidades afirmaram elaborar a demonstração das mutações do patrimônio líquido social; 12,5% das entidades afirmaram elaborar a demonstração de origens e aplicações dos recursos; 87,5% das entidades elaboram o relatório da administração; 37,5% das entidades elaboram demonstração do fluxo de caixa e com relação as Notas Explicativas, nenhuma das entidades apresentam na divulgação da suas prestações de contas.



Fonte: Elaborada pelo autor (2018)

Quando questionados sobre como as instituições visam a Divulgação e a prestação de contas, nenhuma dos entrevistados afirmaram que a prestação de contas é um atrativo para novos fiéis e doadores, porém todas afirmaram que a divulgação é um instrumento facilitador

para a gestão da organização, 50% das instituições indicaram que fazem a prestação de contas por exigência do governo ou instituições financeiras, e 75% afirmaram que a prestação de contas traz uma transparência nas atividades realizadas.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O terceiro setor refere-se a um conjunto de organizações que se caracterizam por não depender diretamente do governo, e sobreviver basicamente por ação voluntária, tendo em sua natureza a não geração de fins lucrativos ou seja não ser voltada para o lucro, contudo a crescente frequência da quantidade de igrejas que continuam se instalando no Brasil faz com que estas instituições tenham que adotar uma maior e melhor transparência em seus métodos e processos com relação as prestações de contas, principalmente para obter o reconhecimento e a credibilidade por parte de seus membros, do governo e da sociedade de forma geral.

A transparência e a prestação de contas não são vistas com a devida importância pelas organizações do Terceiro Setor, com base na análise dos dados coletados na pesquisa de campo, podemos destacar que nem todas as instituições religiosas pesquisadas prezam pela transparência com relação aos seus membros com isso tem se observado uma desconfiança da sociedade perante essas entidades.

A pesquisa tomou por base instituições religiosas evangélicas de Campina Grande-PB na qual apresentou o nível de divulgação dos relatórios financeiros, disponíveis nas suas prestações de contas. O estudo teve como população as 8 maiores instituições evangélicas de Campina Grande – PB.

Os dados expostos no trabalho demonstram que todas as instituições possuem um contador ou administrador financeiro responsável pelo método de prestação de contas e afirmam também efetuar a prestação de contas para atender os dirigentes e os membros, com o intuito de facilitar na gestão institucional, e não utilizar a prestação de contas para atrair novos membros. Contudo, em relação às divulgações das demonstrações contábeis exigidas pela NBC aplicada ao Terceiro Setor, a maioria das instituições se limitam a divulgar em suas prestações de contas o balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício.

Por esta pesquisa conclui-se que apenas uma das Instituições Religiosas de Campina Grande - PB não realiza a sua prestação de contas e transparência aos seus membros e fiéis, ou diretores utilizando como método as Demonstrações Contábeis e utilizam os relatórios administrativos como auxílio.

Pode-se destacar como limitação da pesquisa a pouca quantidade de trabalhos voltados para a divulgação e prestação de contas das instituições religiosas brasileiras. Apesar dessas limitações, acredita-se que esse trabalho contribui para detectar aspectos positivos e negativos na prestação de contas desse grupo estudado. Como sugestões para futuras pesquisas indica-se fazer a apresentação da divulgação das maiores instituições religiosas evangélicas do estado da Paraíba.

### **ABSTRACT**

The significant growth in the last years of the religious entities has generated a greater attention of the accounting with the Third Sector, mainly with respect to the method of transparency and accountability. The purpose of this research is to present the procedures of transparency and accountability of the Religious entities of Campina Grande - PB, being made several field researches to verify these methods, based on the Brazilian accounting standards applied to the Third Sector and verifying the real entities with their statements in the matter of their methods for Accountability. A descriptive, exploratory research with a quantitative approach was carried out in the evangelical religious entities of the city of Campina Grande - Paraíba, using an electronic database Spell and Scielo. It is concluded that of the eight institutions surveyed in this article, five religious institutions disclosed their accounts to their members and three institutions did not express the concern to divulge transparency to its members. It was also verified in the research which types of demonstrations are being used in the rendering of accounts following the BAS T 3 standards for its structures and the BAS T 6 for its disclosures.

**Keywords:** Third Sector. Religious Institutions. Disclosure and Accountability.

## REFERÊNCIAS

CHAGAS, Maria Liliane de Oliveira. **Uso da contabilidade do terceiro setor no controle de uma instituição eclesialística**: um estudo de caso na Igreja Batista da cidade de Vertentes-PE / Maria Liliane de Oliveira Chagas. – Caruaru: FAVIP, 2011.

Conselho Federal de Contabilidade. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social** /. 2. ed. reimpr. -- Brasília : CFC, 2008.

DE OLIVEIRA, Aristeu; ROMÃO, Valdo. **Manual Do Terceiro Setor E Instituições Religiosas: Trabalhista, Previdenciária, Contábil e Fiscal**. Editora Atlas SA, 2011.

FERNANDES, Rubem César. O que é o terceiro setor?. **Revista do legislativo, Belo Horizonte**, n. 18, p. 26-30, abr./jun. 1997, 1997.

FREEMAN, Robert J.; SHOULDERS, Craing. **Governmental and nonprofit Accounting, 10th Edition: Theory and Practice**. 10. Ed. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas 2010

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**. São Paulo: MAKRON Books, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manuel de Contabilidade Societária**: Aplicável a todas as sociedades. 1. Ed. São Paulo: Editora Atlas S. A, 2010. 794 p. v. 1.

LANDIM, Leilah; CARVALHO, Luiz Antônio de. Projeto transparência e prestação de contas da sociedade civil na América Latina—CASO: BRASIL. **Projeto transparência e prestação de contas da sociedade civil na América Latina-CASO: BRASIL**, 2007.

MADEIRA, Geová José. **A Contabilidade Gerencial como Instrumento Eficaz para a Sobrevivência no Mercado Competitivo**, 2005. Em Contabilidade Vista & Revista Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 55-71, abr. 2005 Disponível em

<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/270/263>  
Acesso em: 07 de Dezembro de 2017.

MARTINS, Eliseu; GEIBECKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (aplicável às demais sociedades)**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Pablo Luiz. **A Contabilidade do Terceiro Setor: O Caso Anália Franco**, em VIII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – 2011. Disponível em:  
[http://www.aedb.br/seget/artigos06/575\\_SEGET-2.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos06/575_SEGET-2.pdf). Acesso em: 07 de Dezembro de 2017.

MONELLO, Sergio Roberto. **A Organização Religiosa, Sua Tipificação Jurídica e Suas Atividades**. Disponível em: <<https://www.filantropia.org/informacao/a-organiza%C3%A7%C3%A3o-religiosa-sua-tipifica%C3%A7%C3%A3o-jur%C3%ADdica-e-suas-atividades>>. Acesso em :10 out. 2016.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para Entidade sem Fins Lucrativos – Terceiro Setor** 3ª Edição, Atlas, 2010.

Piza, S. C. de T., Parisi, C., Megliorini, E. & Gallo, M. F. (2012). A aderência das práticas contábeis das entidades do terceiro setor às normas brasileiras de contabilidade: um estudo multicaso de entidades do município de São Paulo-SP. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, 17(3), 78-97.

RICHARDSON, Roberto Jarry; **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Eduardo Marcondes Filinto; AGUIAR, Marianne Thamm de Aguiar. **Terceiro Setor: Buscando uma conceituação**: São Paulo. 2009.

SOUZA, Q. R. **Governo de redes Inter organizacionais no terceiro setor: níveis de controle formal em atividades operacionais de gestão do conhecimento - o caso do COEP Paraná 2000-2003**. Dissertação (Mestrado em Administração Estratégica) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2004.

ZAVALA, Rodrigo. **IBGE calcula participação econômica do terceiro setor**. Disponível em: <<http://www.parceirosvoluntarios.org.br/ibge-calcula-participacao-economica-do-terceiro-setor/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

Zittei, M. V. M.; Politelo, L.; Scarpin, J. E. (2013). “**Nível de Evidenciação Contábil das Organizações do Terceiro Setor**”, In: Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 13°. São Paulo: Julho, 2013. Anais



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

**1-CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO**

**1.1 Há quantos anos funciona esta Instituição?**

- a)  Entre 1 e 5 anos
- b)  Entre 5 e 10 anos
- c)  Entre 10 e 20 anos
- d)  Entre 20 e 30 anos
- e)  Mais de 30 anos

**1.2 A Entidade possui um responsável pela contabilidade com formação profissional?**

- Economista
- Contador
- Administrador
- Outra Profissão \_\_\_\_\_

**1.3 Quantos funcionários com carteira assinada a Entidade possui?**

- de 1 a 5 funcionários
- de 6 a 10 funcionários
- mais de 20 funcionários
- de 11 a 15 funcionários
- de 16 a 20 funcionários
- não possui funcionários

**1.4 Quais demonstrações a Entidade elabora?**

ITEM	SIM	NÃO
Balanço Patrimonial		
Balanço Social		

Demonstração de Resultados		
Demonstração de Fluxo de Caixa		
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos		
Relatórios da Administração		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social		
Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis		

## 2 – QUANTO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS:

a) A entidade presta contas desses recursos?

( ) Sim ( ) Não

b) Para qual público ocorre à prestação de contas?

ITEM	SIM	NÃO
Pessoas Físicas (dizimistas, doadores e etc.)		
Empresas Privadas		
Diretores		
Instituições Financeiras		
Órgãos governamentais		
Poder Público Municipal, Estadual, Federal		
Outros. Especificar _____		

c) Como a organização vê a prestação de contas?

ITEM	SIM	NÃO
Um atrativo para novos colaboradores		
Uma exigência do governo, ou de outro tipo de financiador, ou doador		
Facilitador na gestão da organização		

Transparência nas atividades realizadas		
---	--	--

Outro. Especificar \_\_\_\_\_

d) Quais demonstrações são divulgadas na prestação de contas?

<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Balanço Patrimonial		
Balanço Social		
Demonstração de Resultados		
Demonstração de Fluxo de Caixa		
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos		
Relatórios da Administração		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		
Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis		